

O DESCONHECIDO MARLIÈRE

GERALDO SANTOS PEREIRA

No ano de 1914 a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais publicou o livro de Afrânio de Mello Franco, "Guido Thomaz Marlière ("O Apóstolo das Selvas Mineiras").

O livro, cujos originais se encontram no Arquivo Público Mineiro, foi dedicado ao Senador Virgílio Martins de Mello Franco, pai do escritor, nascido em 1839 e falecido em 1916.

Afrânio de Mello Franco nasceu em Paracatu, em 1870, e faleceu no Rio de Janeiro em 1943. Casou-se com Sílvia Cesário Alvim, filha de José Cesário de Faria Alvim, governador de Minas, ministro do Interior e prefeito do antigo Distrito Federal.

Na página inicial de seu livro, Afrânio informa que a Revista do Arquivo Público Mineiro "publicou numerosos documentos relativos "a uma personagem desconhecida nos anais públicos de nossa história, sendo, entretanto, figura mais digna de destaque na pacificação dos indígenas de Minas Gerais". E também informa que o poeta Augusto de Lima, diretor do Arquivo mineiro, destacara que à Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro "se deve o único trabalho publicado até hoje" sobre o destemido e humanitário pacificador, "a cujo respeito há absoluto silêncio em todas as outras publicações históricas".

Meu interesse por essa admirável e, ao que se leu, obscura figura abrange, além de sua irrecusável importância histórica, é o fato de Guy Thomaz Marlière haver residido em Ouro Preto, agregado ao Regimento da Cavalaria de Linha, onde Auguste de Saint-Hilaire o encontrou "na maior pobreza, não tendo uniformes próprios, mas sim alheios" e, posteriormente, haver residido em Visconde do Rio Branco, minha terra natal, então chamada de São João Batista do Presídio, onde nasceu o primeiro e único filho de Marlière.

A vida de Guy Thomaz Marlière chegou a inspirar-me um projeto de filme de longa-metragem, logo abandonado pelo custo excessivo que sua movimentada biografia iria exigir.

Mas, afinal, perguntaria o leitor, quem foi este personagem de dois volumosos estudos biográfico, um de Afrânio de Mello Franco, como já disse, outro do historiador Oíliam José, natural de Visconde do Rio Branco?

Começaremos por responder à eventual indagação do leitor que Marlière nasceu na França, foi soldado de Napoleão Bonaparte e, desertando

das tropas do Imperador, foi para Portugal, de onde veio, com a cõrte lusitana de D. João VI, para o Brasil, onde iniciou uma missão surpreendente e extremamente difícil de pacificação das tribos indígenas espalhadas pela Zona da Mata mineira.

Informam Afrânio e Oiliam José que no dia 1º de setembro de 1792 o Capitão de Artilharia Napoleão Buonaparte, servindo no Regimento Condé, em Paris, escreveu carta aos Administradores da Municipalidade de Versalhes, solicitando, na qualidade de irmão e tutor de sua irmã Marianne Buonaparte, a execução da Lei de 7 de agosto e, mais particularmente, o artigo adicional decretado dia 16 do mesmo mês, suprimindo a casa de Saint Louis e solicitando a recondução de sua irmã à casa de sua família, em Ajácio, acrescentando que ocupações muito urgentes de serviço público o obrigavam a partir de Paris sem demora, e solicitando seja ordenado que sua irmã possa gozar o benefício da lei do dia 16 e que o tesoureiro do distrito seja autorizado a lhe descontar vinte libras por lugar até à municipalidade de Ajácio, na Córsega, local do domicílio de Marianne e sua mãe.

Terminada a redação da cartaz, cuja cópia "Pensar" também publica, o Capitão Buonaparte chamou à sua presença o soldado Guy Thomaz Marlière, igualmente do Regimento Condé, e o encarregou de levar pessoalmente a carta a Versalhes e depois à sua irmã na Córsega.

Marlière apanhou a carta, que guardou no alforje, bateu continência e se afastou, iniciando viagem no mesmo dia. Só que não entregou a carta aos "Senhores Administradores de Versalhes" e sim, diretamente a Marianne, na Córsega. Marianne leu a carta e, sem nada dizer, respondeu ao irmão, na parte inferior do documento, "registrando a impossibilidade de deixar a casa de Saint Cyr, em Ajácio. Releu lentamente a carta e a assinou. Levantou-se, em seguida, e, entregando-a a Marlière, ordenou:

- Devolva a meu irmão.

Marlière, contudo, não regressou a Paris e nem devolveu a carta a Napoleão. Desertou do exército francês, seguiu viagem para Portugal, guardando entre seus pertences, a carta com a resposta de Marianne.

O historiador Oiliam José informa, no livro "Marlière, o Civilizador", que o militar foi efetivamente o portador da carta e, "antes de devolvê-la informada a Bonaparte, abandonou a França para servir, como era comum na época, ao Exército Português do tempo da Rainha D. Maria I".

Chegando a Lisboa, Marlière teve boa acolhida, pois em 21 de junho de 1802, ingressava como Porta-Estandarte nos Exércitos de Portugal e, em 20 de outubro de 1807, foi promovido ao posto de Alferes, correspondente a Segundo Tenente do Exército Brasileiro.

Em Lisboa o jovem Alferes relacionou-se com uma família de origem francesa e conheceu Maria Victória da Conceição Rosier, natural da Ilha Terceira e irmã de militares também de origem francesa, servindo a Portugal “onde encontrava afetuosa acolhida e podia usar sem constrangimento sua querida língua francesa”.

Casaram-se. “Desde então – escreve Oíliam José – Maria Victória começou a ser para Marlière o grande sustentáculo humano de sua existência”.

Os anos felizes de Marlière em Lisboa transformaram-se em sofrimento e angustiosa expectativa quando Napoleão, após triunfais vitórias militares e políticas na Europa e África, tomou a lugar da dinastia Bourbon e, após vencer a fase do Consulado, assumiu o poder, inaugurou o Império e chegou, como escreveu Sloane, à fase do “delírio militar”.

Diante da fantástica ofensiva de Bonaparte em toda a Europa, o governo português, aliado fiel e tradicional da Inglaterra, que o Imperador detestava, alcançou o auge da angústia, pois, submetida a Espanha, Napoleão intimou Lisboa a declarar guerra aos ingleses, no prazo de vinte dias, fechando os portos do reino e das colônias ao comércio britânico.

Não restou a D. João VI outra alternativa senão deixar Portugal e fazer a transferência da côrte para o Brasil, sugestão apoiada fortemente pelos ingleses.

Promovido a Alferes e residindo em Lisboa, Marlière temia naturalmente o que poderia acontecer-lhe com a invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, o que, de fato, sucedeu. Partir para o Brasil transformara-se, irrecusavelmente, na salvação dos lusitanos. Sabem os leitores o que sucedeu: pânico, multidões nas ruas pedindo misericórdia, gritos e lágrimas, a frenética resistência da Rainha-Mãe, Dona Maria I, e da mulher de D. João VI, Carlota Joaquina e outras cenas de pânico incontável.

Houve a fuga desatinada e patética e, no dia 27, o embarque de quinze mil pessoas se efetuou numa esquadra composta de oito náos, quatro fragatas e alguns navios mercantes, escoltados por uma divisão inglesa comandada pelo Almirante Sidney Smith.

Na última hora, Marlière também embarcou com a mulher e chegou ao Rio de Janeiro, como se sabe, após breve parada em Salvador, dia 7 de março de 1808.

Também se sabe que D. João VI dedicou estima a Marlière e, após servir em Vila Rica no Regimento de Cavalaria de Linha, foi encarregado da pacificação das diversas tribos indígenas da Zona da Mata e uma de suas primeiras missões foi realizada na antiga localidade de São João Batista do Presídio, hoje Visconde do Rio Branco, “paróquia recém-criada, coberta de densas matas, abrangendo um território vastíssimo e povoado de buscadores

de poaia e de várias tribos de croatos e cropós (corruptelas aportuguesadas de coroados e coropós”).

No Presídio Marlière conduziu-se com extrema inteligência, pacificando tanto índios como portugueses, estes acusados de usurpação de terras e outros abusos que tumultuavam a região. “Foi o bastante – escreve Oiliam José – para que o Capitão-General da Capitania o nomeasse, por ato de 19 de junho de 1813, “Diretor dos Índios da Freguesia de São Manoel da Pomba, de São João Batista e aldeias anexas”.

Iniciava-se, desta forma, de maneira habilidosa e persistente o trabalho de Marlière em favor dos indígenas, sob o lema de “quem quer bem aos índios vive com eles”. “E Marlière respeitou o lema e se lançou resolutamente ao cumprimento da missão que ele mesmo tinha como altíssima para a época e o futuro da Província”.

Além da trabalho de integração dos indígenas, tão útil à economia da Zona da Mata, Marlière enfrentou e pacificou a tribo violenta e arredia dos Botocudos, na região do Rio Doce e, inclusive, com eles servindo como hábeis canoeiros, trouxe do Espírito Santo os equipamentos franceses da Siderúrgica de João Monlevade, a primeira a instalar-se em Minas e no Brasil.

“Dispondo-se a trabalhar distante dos civilizados – escreve também o historiador mineiro – Marlière, com sua missão civilizadora, abriu aos brancos vastas regiões de Minas Gerais. Assim, enquanto outros militares teimavam em ficar em Vila Rica, vegetando nos quartéis, nos botequins ou nas casas suspeitas, Marlière viria correr nas matas os riscos de ser ferido pelas flechas ou de ser inutilizado pelas febres que endemicamente grassavam nas selvas”.

Marlière faleceu dia 5 de junho de 1836, com 67 anos de idade. Foi enterrado em túmulo de sua Fazenda do Guidowald, na chamada Serra da Onça, próxima a Ubá. Em 1927 foi erguido um monumento com seus restos mortais, à margem da estrada de rodagem Ubá-Leopoldina, “na planície em que outrora Marlière reunia croatos e puris para transmitir-lheia noções civilizadoras”.

Por tudo o que fez, merece Marlière a consagração histórica dos brasileiros. Isto me levará, nos próximos dias, a propor em minha terra natal, Visconde do Rio Branco, a homenagem de dar seu nome ao Centro Cultural a ser instalado no Cine Brasil, fechado há vários anos.

Geraldo Santos Pereira